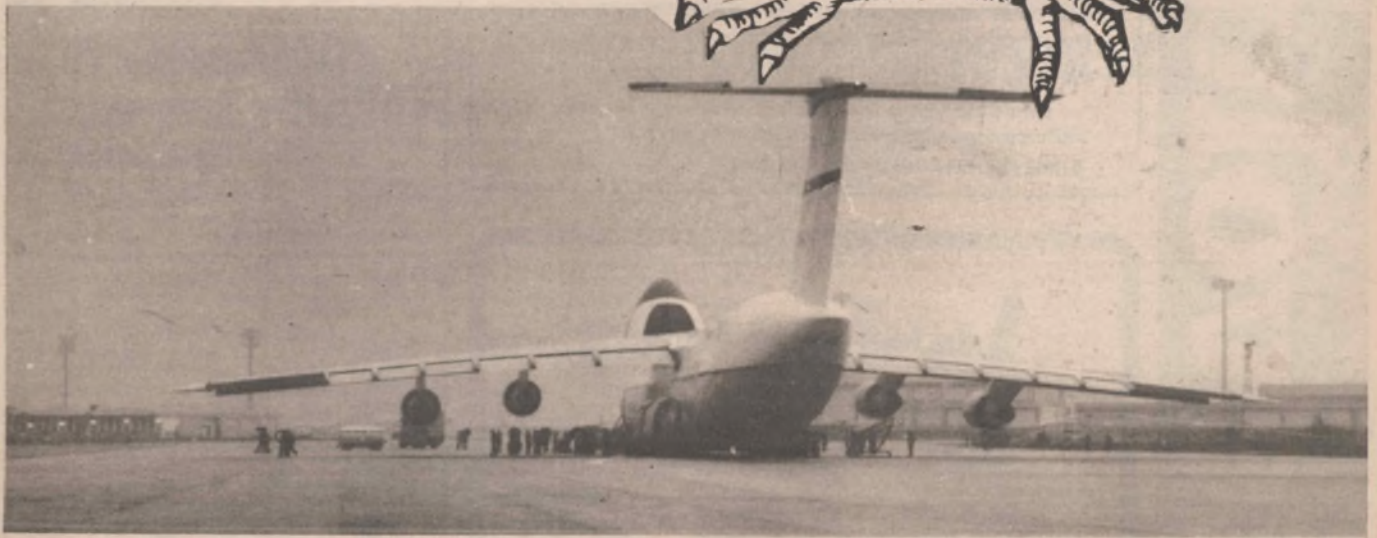


# Revolução

**A RAPINA  
IMPERIALISTA  
POISA  
SOBRE  
PORTUGAL**



**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO  
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

## VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

Tal como os camaradas penso que o fascismo deve de ser combatido e denunciado em todas as ocasiões como algo muito concreto e que nos envolve sempre e cada vez mais e não como algo que o mais certo é não voltar a acontecer em Portugal, como o disseram vários oradores no comício de apoio à luta do povo brasileiro.

Vem isto a propósito de um anúncio que o «Diário Notícias» publica regularmente, no qual se oferece «a todos oportunidade única de ganhar dinheiro escrevendo endereços à mão ou à máquina». Até aqui nada de mal e para aqueles que estão desempregados como eu é uma esperança de ganhar alguns tostões.

É claro que respondi mas o facto de pedirem 300\$00 como «garantia» levaram-me a não liar

mais ao anúncio e/ou à sua resposta.

Pouco depois sai no livro do G. Wallraff e ao chegar à página 195/196 eis que para minha surpresa fala na tal Cruzada Verde Internacional (que publica os anúncios), que é uma agência de recrutamento de mercenários para o tenebroso E. L. P. Depois da publicação do livro-coincidência estranha — os anúncios deixaram de ser publicados, só reaparecendo na semana passada.

Quando o vi pela 1.ª vez foi em meados de Novembro e até ao aparecimento do livro do Wallraff em meados de Dezembro, se a memória não me falha, apareceu todos os dias.

Desde essa altura quantas pessoas não terão mandado direcções para esses assassinos, além de, para cumulo dos cumulos, os financiarem. Possivelmente os cama-

radas já sabem disto, mas como nunca vi referência a isto no REVOLUÇÃO junto envio igualmente um dos tais anúncios.

Outros assuntos que eu queria referir diz respeito aquela estação de rádio que se localiza perto do aerodromo de SINES. Na altura em que aquilo foi construído, por volta de 1969, disseram-me que se destinava a emissões para os países da Europa de Leste; Mais tarde num livro da editorial Estampa intitulado «O que é a C.J.A.» afirmava-se que a estação era controlada pela C.J.A. Depois disto não me recordo de qualquer referência sobre tal assunto (há aí muita gente esquecida!). Talvez os camaradas de SINES nos pudessem dar um esclarecimento.

Sem outro assunto, Saudações Revolucionárias para os camaradas que tornam possível o REVOLUÇÃO.

# Lê assina divulga Revolução

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO  
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

#### ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

#### S.ª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110  
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond. e de S. Salvador, 374  
Tel. 931925

#### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961  
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA  
LISBOA — Av. da República, 40  
ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima  
Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

#### ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Boage, 3  
Tel: 28949

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca

#### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998  
ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

#### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-  
lha, n.º 39 - 1.ª Tel. 63043  
PORTIMÃO — Rua 5 de Outu-  
bro, 17 — 24658  
MONCHIQUE — Estrada da Foia,  
9, Monchique.

VIANA DO CASTELO — Rua de  
Altamira, 102 Tel. 24320

BARCELOS — Av. Liberdade 60/c  
Tel. 83099

CASTELO BRANCO — Rua de  
Santa Maria, 10 Tel. 179  
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua  
Jaime Afreixo n.º 142  
Tel. 24149

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro  
N.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves  
Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — E. de Pago de Arcos,  
lote 16, loja. T. 2945096

COVA DA PIEDADE — Estrada  
Nacional, n.º 10  
2763397/2763122

QUINTA DA LOMBA — Rua de  
Goa, 21-A  
SINES — Rua Marques de  
Pombal, n.º 86 Tel. 62980

BEJA — Rua Alexandre Herculano,  
n.º 29 Tel. 24594

OLHÃO — Rua 18 de Junho,  
n.º 64 - B - C

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio  
24735  
ESTOMBAR — Rua D. Pedro  
Galvão, 5

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS LIVRARIA-BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

#### VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

PAÍS Semestral — 110\$00  
Anual — 220\$00

ESTRANGEIRO Semestral — 400\$00  
Anual — 800\$00

Pagamento

Em cheque   
Em vale

# O GOVERNO PS

## • Das suspensões à remodelação ministerial

O extenso comunicado emitido pelo Secretariado Nacional do PS publicado na segunda-feira, e onde é repudiada a «infiltração trotskista» foi mais um marco na consolidação da linha direitista de Soares.

Esta tomada de posição insere-se na preparação de um clima interno favorável à remodelação ministerial, provavelmente a realizar a seguir ao Congresso daquele partido.

Relacionada com a preparação dessa remodelação estarão também as «notícias» propagadas pelo jornal «O Dia» acerca da formação dum tal PSOP.

Avançamos neste artigo algumas notas para a compreensão de como estes factos se ligam.

### AS INFILTRAÇÕES TROTSKISTAS

O comunicado referido atacava principalmente um «grupo de inscitos» (note-se que neste documento é sempre esta a designação utilizada em referência aos acusados que nunca são considerados como militantes) que teriam em vista, em última análise, dividir o PS, com a formação de uma «espécie de Partido Socialista Operário que prosseguisse a estratégia preconizada pelos seus mentores, ao mesmo tempo que se reduzia o PS à dimensão dum pequeno partido burguês».

O comunicado enuncia também os sectores onde este «grupo» mais contestava a política do Governo, como sejam a legislação laboral, a acção do MEC, o processo da Reforma Agrária, a política económica do Governo, etc.

É de notar que esta ruptura total do Secretariado do PS com estes elementos, que no último Congresso foram acusados de «inadaptação às responsabilidades do Partido do Governo» e agora são denunciados como opositores frontais à «orientação pro-

gramática baseada nos princípios e na estratégia do Socialismo Democrático», representa um golpe profundo nas esperanças dos que militam no PS desejosos duma aproximação com o PC rumo à política da «maioria de esquerda». Ao mesmo tempo, o modo «stalinista» (no dizer de alguns militantes do PS) como as questões são analisadas servem simultaneamente como um aviso sério àqueles que, não sendo visados no comunicado, ficam depois destas expulsões na charneira esquerda deste partido cheio de contradições. Está neste caso, por exemplo, Lopes Cardoso.

### A REMODELAÇÃO DO GOVERNO

Ao mesmo tempo que se dá esta «limpeza» à esquerda, Mário Soares reforça a sua posição, ao serem delegados nele pela Comissão Directiva do PS plenos poderes para concretizar a remodelação governamental, quando, pelas estruturas desse partido, é a própria Comissão Directiva o órgão competente para executar semelhantes decisões.

Julga-se que estas remodelações que não envolverão mudanças da do-

minante partidária exclusivamente PS, se irão sentir principalmente no sector económico, para permitir uma maior eficácia na realização dos negócios com os EUA já em curso. É provável a nomeação de homens ligados ao Grupo de Intervenção Socialista para o Ministério da Indústria, enquanto que para os cargos mais directamente ligados às negociações com o imperialismo seriam indicados elementos da confiança pessoal de Ramalho Eanes.

Obviamente que para a aplicação da política delineada pelo Governo não basta pôr mais «operacionais» as pastas ligadas à economia, mas também pôr noutros Ministérios homens que maiores garantias dêem ao Imperialismo de sustentar a resistência que necessariamente haverá a essas medidas de carácter económico global. Está neste caso o Ministério do Trabalho, donde Marcelo Curo saltará, sendo substituído por um Cardia qualquer.

Por outro lado, do ponto de vista interno do PS, é necessário à direcção solidificar uma estrutura suficientemente controlada, para não permitir o risco de divergências internas que diminuam a credibilidade do Partido do Governo a nível nacional ou internacional, ao mesmo tempo que são definitivamente cortadas as hipóteses de actuação aos que ainda acreditam na possibilidade duma política deste governo não enfeudada ao Imperialismo.

### A JOGADA DO PSOP

O anúncio no jornal «O Dia» da criação de um Partido Socialista Operário Português, onde se mesclavam Otelo, Lopes Cardoso, dissidentes do



Aires Rodrigues um dos visados no documento do PS sobre as infiltrações trotskistas.

PS, dissidentes da FEPU, militantes do MES e do MSU, elementos do MSD e da Intervenção Socialista etc, actua também no sentido de influenciar essa remodelação.

Esta «boca» partida de elementos defensores duma aliança PSD-PS dá o seu contributo para a irradiação da «Infiltração Trotskista» afirmando como real o que não passava de intenções no comunicado do Secretariado; liga Lopes Cardoso a esse grupo de militantes, obrigando-o a declarar publicamente de que lado efectivamente se encontra, e, sobretudo, tenta comprometer os elementos do GIS, que como se disse poderão ser indicados para cargos ministeriais, o que contraria bastante os projectos dos autores destas «bocas». (Repare-se como é embaraçante para homens indignados para fazer parte do actual poder burguês serem acusados de estarem a forjar um partido cuja «bandeira» seria Otelo, «bandeira» exactamente do campo oposto àquele onde actuam).

Isto porque estes senhores estão mais interessados numa remodelação mais marcadamente política (envolvendo inclusivé o PSD) do que nos simples «reajustamentos técnicos» anunciados por Soares.

# CONSTRUAMOS UMA FORTE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

1. A crise económica, política e social continua a aprofundar-se, a direita fascista e fascizante reorganiza-se a nível civil e militar, o governo PS ataca os trabalhadores e vende Portugal ao Imperialismo, a direcção do PC continua a sua política de conciliação e traição, os trabalhadores e oprimidos estão em luta, a esquerda revolucionária, não dispõe neste momento de suficiente unidade e da correspondente capacidade orgânica, que lhe permita garantir que do inevitável e próximo confronto violento com a burguesia fascista o proletariado saia vitorioso.

É, por isso, urgente construir uma forte unidade revolucionária e dotarmo-nos da organização capaz de resistir hoje firmemente aos ataques da direita e passar amanhã à ofensiva vitoriosa contra a burguesia e todos os seus laçaios.

2. Dos muitos milhares de militantes trabalhadores que apoiaram o projecto unitário e revolucionário estabelecido em torno da candidatura de Otelo poucos restam naquilo que ilegitimamente se apresenta hoje como continuador desse grande movimento revolucionário.

No MUP, salvo raríssimas excepções, restam uns grupos anquilosados, em geral desligados dos trabalhadores e das suas lutas, uma direcção reformista e incapaz de dirigir qualquer movimento de massas, um sectarismo a que nos já haviam habituado certas organizações stalinistas e uma graves ilusões de alguns intelectuais frustrados. Aquilo que hoje se chama MUP é uma vergonhosa cari-

catura do espírito criador e revolucionário que esteve na base da candidatura de Otelo. Representa, na situação política actual, um insulto e uma traição aos trabalhadores e aos revolucionários.

3. Mas a compreensão da grave situação que se vive e da necessidade de uma organização unitária e revolucionária, capaz de fazer face com indispensável firmeza ao avanço do fas-

cismo capaz de destruir definitivamente a ordem burguesa em Portugal, começa a fazer sentir-se nos trabalhadores de vanguarda, começa a unificar os revolucionários.

É preciso acabar desde já com as ambiguidades e com as ilusões.

É preciso que nos organizemos de imediato em torno das lutas concretas e que chamemos para o nosso lado os militantes trabalhadores das bases do PS e PC, de outros partidos de esquerda ou sem partido. É preciso retirar a hegemonia política das massas ao reformismo.

É preciso que unifiquemos as lutas à escala nacional e que lhe demos uma direcção revolucionária.

É preciso que os militantes proletários e revolucionários que estiveram na base da candidatura de Otelo assumam as suas responsabilidades de tomar em mãos um projecto que foi o seu e que representa a verdadeira unidade revolucionária, um projecto que significa que só pela violência revolucionária os explorados se libertarão definitivamente das suas cadeias.

É preciso que nos organizemos para vencer.



e a actualidade nacional



Carlucci entregou a Portugal na passada segunda-feira 6 aviões «T-38». Generosidade do Imperialismo?

• A NATO EM PORTUGAL  
• PORTUGAL NA NATO

O Comandante supremo da NATO, Alexander Haig, veio pela segunda vez a Portugal depois do 25 de Abril. Se a sua primeira vinda, em 1975, passou praticamente despercebida, desta vez foram inúmeros os seus contactos com militares, tendo a sua recepção incluído um jantar privado com Eanes, autor do convite para visitar este país. Esta visita demonstra bem as intenções de maior integração no bloco político-militar imperialista da parte dos governantes portugueses.

A «deslocação de trabalho» mais importante de Haig foi a ida ao Centro de Instrução Militar de Santa Margarida, onde está aquartelada a Brigada do exército português integrada na NATO e que ficará sob o seu comando em caso de conflito. Para o fortalecimento militar deste «país privilegiado na NATO», como afirmou, serão fornecidos pelos EUA e pela RFA carros de combate e outro material bélico.

Esta generosidade do Imperialismo já se manifestou com a entrega, na passada segunda-feira, pelo embaixador Carlucci, de seis aviões «T-38» altamente sofisticados que chegaram ao aeroporto da Portela (em área USA, delimitada por paraquedistas altamente armados e por cães policiais) a bordo dum avião gigante que fez as delícias da grande quantidade de altas patentes portuguesas que o visitaram. Estes aviões vêm a título de empréstimo, apenas para treino dos militares que irão pilotar os caças supersónicos que o governo português irá comprar posteriormente aos EUA. Integrada nos propósitos «defensivos» desta aliança está a possível existência em Portugal de armas nucleares da NATO, facto que Haig não desmentiu no breve diálogo que teve com jornalistas em Lisboa.

No entanto a situação geo-estratégica de Portugal não é preço político suficiente para toda essa «Protecção». Este preço tem de ser procurado em todos os domínios da actividade deste governo, todos eles igualmente submetidos aos interesses do Imperialismo.

# PIDES

## Continuam as libertações

Começam já a tornar-se hábito diário, as continuas libertações de pides, que se vão verificando, mesmo depois da tal lei que segundo era dito, cortaria certas atenuantes a lei 1/77 promulgada pelo Presidente da República.

Realmente, é preciso um certo à vontade e confiança, para se continuar descaradamente a ignorar a Constituição Portuguesa, e principalmente para se persistir na afronta a todos os antifascistas que continua a ser todo este processo dos «julgamentos» dos ex-pides.

### O JÁ FAMOSO SEXAS

Foi finalmente lida a sentença ao torcionário Sexas, antigo director do campo do Tarrafal, e com o «passado político» a que já fizemos referência.

Sexas foi condenado à pena de sete anos e oito meses de prisão maior o que implica ter que ficar preso mais quatro anos aproximadamente, e à multa de cerca de oito contos. De salientar que lhe foram perdoados dois períodos de 90 dias. O tribunal considerou provado que Sexas era «notoriamente conhecido como torturador implacável, perverso e desumano dos presos», mas foram consideradas atenuantes a idade, o facto de sofrer de grave doença, e alguns factos relevantes (segundo o tribunal) tais como o ter salvo a vida do então bispo de Aveiro. Perguntamos: Será que Sexas alguma vez se preocupou com a idade ou estado de saúde dos presos que teve à mão? O facto de ter salvo uma vida faz passar uma esponja sobre o ter colaborado num policia política responsável por centenas de mortes? Pensamos que nem o poder burguês terá argumentos para responder a estas perguntas.

Como é evidente, Sexas considerou que todas as acusações que lhe foram feitas «faltaram à verdade», e o seu advogado de quem já falámos no «Revolução» anterior, declarou que iria recorrer ao Supremo Tribunal.

### MAIS LIBERTAÇÕES

Mas para além do caso Sexas, que não nos desviou a atenção de todos os outros que vão sendo julgados e vão saindo em liberdade, mais «julgamentos» se têm feito nos últimos dias, com resultados precisamente iguais aos anteriores à lei, ou seja **libertação** e a a maior parte das vezes **incondicional**.

Os primeiros sete casos, «julgados» nos finais da semana passada, foram: Afonso Gadanha Batista, que ficou suspenso dos direitos políticos por 16 meses; Manuel Gouveia Martins Barata, **condenado em 5 meses de prisão**, já expiada; Luis Angelino Lameiras Travanca, **condenado em 6 meses de prisão**, já expiada; José Joaquim Bessa da Silva, **agente de 2.ª classe, condenado a 1 ano de prisão**, já expiada; José Francisco Farinha, **agente de 2.ª classe, condenado a 14 meses de prisão**, já expiada; António João Lobo Albardeiro, **agente de 2.ª classe, condenado a 1 ano de prisão**, já expiada; José Francisco dos Santos, **agente de 2.ª classe, condenado a 13 meses de prisão**, já expiados.

Para além destes e a juntar-se ao rol, houve mais recentemente (decidi-

do pelo juiz Barata de quem já falámos igualmente), no dia 24 a libertação de mais dois pides, e um terceiro, «condenado» em dois anos e sete meses de prisão maior, dos quais já só vai ter mais oito meses, visto que lhe descontaram a prisão preventiva. Os dois pides soltos são o agente de 1.ª, António dos Reis Barata (14 meses de prisão já expiada), o agente de 2.ª, Francisco José Alves Rodrigues Almeida (12 meses de prisão igualmente já expiada), e o terceiro ainda preso (se bem que, segundo parece, isso tivesse custado muito ao juiz) é o bufo durante 22 anos na CP, Farinha, ex-chefe de secção, que para além das denúncias de trabalhadores da CP, denunciou também trabalhadores da Marconi, da Ford Lusitana, do Registo Predial, etc. A sua principal acção era no concelho de Sintra se bem que também tenha actuado no Rio Maior, Cacém, Queluz e Barreiro. No seu processo, as provas das suas denúncias enchem 31 folhas. O seu advogado de defesa, tal como o dr. Ponte Valentim advogado de Sexas, também fez afirmações «bombásticas» durante a audiência, tais como «a lei 1/77 é inconstitucional materialmente» e que não devia «ser aplicada a Lei 1/77 na medida em que agravou as penas fixadas».

Também no dia 24, no 5.º Tribunal foi «julgado» o agente de 2.ª classe Francisco António Santos Pato, defendido pelo dr. Ponte Valentim, e «condenado» a 14 meses de prisão já expiada. O advogado de Sexas e agora de Pato conseguiu desta vez ir mais longe que das anteriores, tendo a certa altura e na exaltação de defender o réu declarado que ele próprio tinha pertencido à ex-ANP e ex-Legião Portuguesa.

O pido agente de 1.ª, António Reis Barata, também saiu em liberdade, dado que foi igualmente «condenado» a 14 meses de prisão já expiada. O seu advogado dr. Estevão Pinto também primou pelas posições que assumiu considerando os elementos do Conselho da Revolução «novos democratas», afirmando-os possuídos de «espírito de vingança» e autores de perseguições odiosas».

### TESTEMUNHAS NÃO SÃO CHAMADAS A TRIBUNAL

No 5.º Tribunal foi adiado novamente (pela 2.ª vez) o julgamento do pido Vargas, devido a uma carta de Joaquim Judas em que este dá o alerta pois, segundo afirma na própria carta, prestou-se várias vezes a fazer declarações à Comissão de Extinção sobre Vargas e outros, em consequência das suas prisões em 1972 e 1973, a



Sexas — Condenado à pena de sete anos e oito meses, mas com atenuante!

omissão de Extinção da Pide ouviu-o depois afirma em tribunal não haver aclarantes.

Na sua carta, Joaquim Judas afirmou nomeadamente ter sofrido por duas vezes com intervalo de dois dias a tortura de sono (total de 15 dias) para além de violentos espancamentos, torturas nas quais se destacou o pido Vargas. Parece que afinal sempre era verdade que o general Ribeiro Faria passava por cima de muitas e muitas acusações contra os pides, supõe-se que sem outra intensão que não a de os ilibar.

Joaquim Judas pergunta a certa altura na sua carta: «Quem me diz que tal como poderia suceder ao Vargas, algum pido contra quem apresentaram, queixa não foi já julgado e está em liberdade?» A pergunta aqui fica.

### TESTEMUNHAS NÃO SÃO CHAMADAS A TRIBUNAL

Continua portanto toda esta farsa, permitida pela legalidade burguesa, com a agravante de que este tem sido um dos campos em que as forças de direita têm jogado a fundo conforme se pode ver pelas afirmações dos advogados dos pides, que mais não têm sido que porta-vozes de forças reaccionárias interessadas em recuperar todos os pides para as suas fileiras, e que se encontram decididamente ao ataque.

Mais um alerta a todos os antifascistas e revolucionários deste País, para que sejam rapidamente tomadas medidas contra semelhante corja, antes que sejam eles a comandar as operações. Nessa altura, não haverá tempo nem possibilidade de uma resposta organizada. Nessa altura, e por vontade daqueles que agora se dizem estarem no banco dos réus, ninguém escapará e não será atendido a idades, doenças ou quaisquer hipotéticas atenuantes. Eles farão o seu jogo de vida ou de morte, e nós teremos que lhes responder da mesma maneira.

# A INFLAÇÃO QUE TEMOS a desvalorização que iremos ter

O recente aumento dos preços dos combustíveis veio pôr de novo o problema de ser ou não possível praticar uma política de contenção de preços quando estes aumentam constantemente nos países que nos fornecem os produtos que importamos. Sabendo nós que essa contenção não será de modo nenhum feita pelo actual governo, convém reflectir sobre o agravamento vertiginoso dos preços que haverá se o governo ceder a mais uma das pressões do Imperialismo que é a exigência da desvalorização do escudo.

## QUE DESVALORIZAÇÃO?

A desvalorização que os E.U.A. exigem não é a oficialização daquela lenta e progressiva a que temos vindo a assistir (desde há um ano o dólar passou do valor de 27\$20 para 32\$00), mas sim uma desvalorização brusca da ordem dos 20 ou 25 por cento.

A desvalorização de uma moeda tem sempre como objectivo tornar os produtos nacionais mais baratos no estrangeiro, portanto com maior venda, implicando assim um aumento de exportações, e tornar os produtos vindos do exterior mais caros internamente logo com maior procura, e, como tal diminuir as importações. Ou seja, em última análise pretende diminuir os déficits das balanças comerciais e de pagamentos.

Note-se que o Governo tem usado como método de diminuir as importações o lançamento de impostos sobre elas, ao mesmo tempo que com o aumento interno de preços reduz o poder de compra. Interessa ver agora como essa desvalorização defendida pelas missões do FMI e do Banco Mundial que se encontram em Lisboa com vista à concretização do grande empréstimo de 45 milhões de contos actua na redução (ou aumento) desse déficite.

## EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Uma desvalorização do escudo tornaria, em princípio, a produção nacio-

nal mais barata no estrangeiro, logo preferida em relação à dos outros países concorrentes nos mesmos domínios, impicando assim um aumento de exportações.

Mas, analisando quais os produtos que exportamos, vemos que a grande maioria deles são agrícolas, minerais ou têxteis, ou seja de sectores onde não há estruturas capazes de permitir um aumento rápido de produção de modo a aproveitar esse aumento de procura no exterior; o que quer dizer que venderíamos sensivelmente a mesma quantidade de produtos a mais baixos preços.

Os restantes artigos que exportamos (vestuário calçado, máquinas e aparelhos...) passíveis de terem a sua produção aumentada incorporam uma elevada quantidade de componentes importadas, que com a desvalorização ficariam mais caras, o que impediria em grande parte a redução do preço no exterior, a não ser à custa de uma drástica redução nos salários.

Quanto às importações estas são em cerca de 85 por cento referentes a matérias primas, combustíveis, lubrificantes, e bens de equipamento sem os quais não haverá «recuperação económica». Dos restantes bens, de consumo, que se poderiam restringir, 90 por cento são essenciais, ou seja são aqueles cuja procura haverá sempre até não haver dinheiro para mais nada, até que se passe fome... Ou seja, as importações não seriam significativamente reduzidas, passando apenas a pagar-se mais dinheiro pelos mesmos produtos. Perante isto tira-se uma conclusão: a desvalorização agravará o deficit comercial.

## A QUEM CONVÉM A DESVALORIZAÇÃO?

Os próprios peritos burgueses já reconheceram que uma desvalorização do escudo da ordem dos 25 por cento produziria uma inflação interna anual de pelo menos 40 por cento.

Os trabalhadores verão os preços e a escassez dos produtos aumentarem ainda mais rapidamente, e uma demagógica definição governamental do cabaz de compras apenas agravará a existência do mercado negro.

Por outro lado pode perguntar-se se, agravando a desvalorização o deficit comercial, o governo burguês a irá adoptar. A resposta tem de ser dada atendendo a que já não é o go-

verno que decide mas sim o Imperialismo em cujas mãos Soares coloca a economia portuguesa.

De facto o investidor estrangeiro encontraria o embaratecimento da mercadoria portuguesa, e uma dela interessa-lhe bastante; a mão de obra.

O aumento do custo de vida gera inevitavelmente a resistência dos trabalhadores, que ou Soares conseguirá reprimir ou os E.U.A. se encarregam de encontrar quem o faça; o que significa maior rapidez na clarificação da situação política que lhes convém.

O aumento do deficit comercial acompanhado do enfraquecimento do governo a nível internacional que re-

sulta da desvalorização do escudo, diminuirá ainda mais a já tão reduzida autonomia dos «órgãos de soberania» portuguesas que ficarão cada vez mais dependentes dos benfeitores americanos.

Uma última questão que se pode levantar, é se as considerações apresentadas serão oportunas, visto o governo afirmar repetidamente que não desvalorizará o escudo.

Quanto a isto é preciso ter presente que estas decisões tomam-se sempre sem serem previamente anunciadas e, além disso, este governo tem sido pródigo em negar com a boca o que com a mão executa.



A quem interessa a desvalorização? A resposta tem que ser dada atendendo a que já não é o Governo que decide mas sim o Imperialismo.

## RECENTE AUMENTO DOS PREÇOS NOS AÇORES E MADEIRA

O aumento dos preços dos combustíveis foram recusados pelos governos PPD destas regiões autónomas, tendo sido posteriormente adoptados pelo Governo Regional da Madeira, que lamentou não possuir «disponibilidades materiais para tomar posição contra mais uma arbitrariedade e que lhe permitam resistir ao facto».

O G.R. dos Açores mais protegido pelo bafo do Imperialismo, manteve a suspensão dos aumentos. Nestas ilhas, separatistas organizaram uma manifestação de protesto, tendo destruído vidraças e portas do palácio onde reside o ministro da República, Galvão de Figueiredo.

## PORTUGAL E A CEE

Mário Soares iniciará no próximo dia 14 uma «tourné» pelas capitais da Europa do Mercado Comum, tendo em vista o posterior pedido formal de adesão à CEE. Se bem que países «fortes» como a RFA e a Inglaterra defendam já essa entrada pelos dividendos políticos que lhes advirão do alargamento da Comunidade onde esses países pontificam, vendo assim aumentada a sua zona de influência, outros países não tão «poderosos» como a Irlanda e a Bélgica, a Holanda e provavelmente o Luxemburgo, opõem-se a esse alargamento. A entrada de Portugal, com uma situação económica catastrófica, originará um recurso aos

fundos da organização, o que não beneficia em nada esses países.

É interessante recordar a época em que o Mercado Comum era todo ele generosidade e oferta de créditos ao Governo Português, e compará-lo com as reservas que actualmente são postas. Isto passa-se simplesmente porque o receio que os governos da CEE tinham de que Portugal pudesse deslizar para a órbita da U.R.S.S. já não existem estemomentos.

O que quer dizer que o Mercado Comum passou da fase das ofertas gratuitas para a fase de quase exigir pagamento adiantado...

# TRABALHADO

## nos campos

### QUEBRADAS - O MAP PROSSEGUE A SUA POLÍTICA REACCIÓNÁRIA

A Comissão de Trabalhadores da Cooperativa Agrícola de Quebradas recebeu um ofício da direcção do Centro de Reestruturação da Reforma Agrária de Lisboa, invocando um despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária de 14/1/77 e determinando a desocupação da Quinta do Carrascal até ao prazo máximo de 1 de Fevereiro, dado que é considerada ilegal a ocupação da quinta por esta não se encontrar na Zona de Intervenção da Reforma Agrária.

A nota do C.R.A. é bastante clara: pede-se aos trabalhadores «um mínimo de compreensão de modo a evitar intervenções militarizadas».

#### O PORQUÊ DA FORMAÇÃO DA COOPERATIVA DE QUEBRADAS

A Quinta do Carrascal tem uma superfície de cerca de 500 ha e encontra-se situada junto da Aldeia de Quebradas, freguesia de Alcoentre, conselho de Azembuja. A povoação é cercada por grandes quintas mal exploradas e em grande parte cobertas de florestas de eucaliptos, pinho e mataçais. Alguns destes latifundiários possuem maior área do que a amanhã, por todo o povoado. Não existe qualquer indústria na zona e o único meio de subsistência e de progresso da aldeia é a agricultura.

Há cerca de 40 anos a quinta foi dividida em cerca de 250 courelas alugadas pelo proprietário à população que ao longo dos anos, conjuntamente com os seus familiares, as foram trabalhando e delas retirando o produto para a sua subsistência, desbravando terras incultas e mataçais que, fruto das benfeitorias aplicadas pelos rendeiros, começaram a produzir boas colheitas.

No entanto, a partir de 1960 o proprietário, Augusto Felix da Costa, inicia um processo de despejo sucessivo dos rendeiros que acabaram por ser expulsos sem qualquer compreensão, perante ameaças e mesmo esmagamento de culturas com buldozers. Foram assim atiradas para o desemprego e em muitos casos, para a emigração dezenas de famílias.

O proprietário nos anos seguintes acabaria por arrendar a quinta, desta vez a um só indivíduo e a um preço muito inferior ao que resultava da soma de rendas de todos os antigos rendeiros.

Foram os ex-rendeiros, cabouqueiros e desbravadores dos mataçais expulsos da Quinta do Carrascal que depois do 25 de Abril e com base no Decreto-Lei 406-B/75 recuperaram as terras, vindo a formar a Cooperativa Agrícola de Quebradas.

#### A ACÇÃO DA COOPERATIVA

Depois da reocupação da quinta a primeira ideia dos trabalhadores foi a de tornarem a dividi-la em courelas,

cultivando cada um as terras que lhe pertencessem. No entanto, e depois de discutir em conjunto optaram pela formação de uma cooperativa onde trabalhariam colectivamente. Foi assim iniciado em Quebradas — primeira ocupação da zona — um processo que depois seria seguido em Alcoentre, Aveiras de Cima, na Torrebeila, no Brinçal, etc.

Imediatamente os trabalhadores iniciaram trabalhos de cultivo e de aproveitamento das terras criando assim postos de trabalho. À custa do seu trabalho repararam máquinas e tractores até então inutilizados e parados, compraram, sem qualquer emprestimo do Estado, uma ceifeira, uma debulhadora e outras alfaias de que necessitavam e que atingiram um total de 350 000\$00.

No entanto, a acção da cooperativa não se restringiu à agricultura e foram realizadas obras de carácter social, desde a criação de um centro de assistência médica até a actividades culturais que beneficiaram não só os cooperantes como toda a população da aldeia.

#### TRABALHADORES FIRMES NA SUA POSIÇÃO

É todo este esforço e trabalho, em muitos casos de há longos anos, que os trabalhadores estão dispostos a não perder de um momento para o outro. Tanto mais que a cooperativa

tem um alvará provisório passado pelo Instituto de Reforma Agrária de Lisboa a 30 de Junho de 1975 e a sua formação foi reconhecida pela Secretaria de Estado da Estruturação Agrária. Os motivos invocados pelo C.R.A. para justificar a ilegalidade da cooperativa não são correctos pois parte dela fica no conselho da Azembuja na Área da Reforma Agrária. Além do mais está falsa justificação já tem antecedentes que a desmascaram como medida enganadora e provocatória. Ou será que as desocupações e marcações de reserva feita em pleno coração do Alentejo também se dão por as propriedades se encontrarem fora da zona da Reforma Agrária?

Os trabalhadores estão assim dispostos a não aceitar mais esta medida governamental que consideram injusta e injustificada e vão recorrer a todos os meios ao seu alcance para que a desocupação não se efectue.

Os trabalhadores de Quebradas foram os primeiros na zona a lançar um processo de recuperação de terras, de criação de postos de trabalho e de riqueza. E também em Quebradas que a recuperação capitalista por parte do M.A.P. se faz sentir pela primeira vez. Mas decerto que a recuperação capitalista e a repressão não se vão ficar por aqui. Agora mais do que nunca a solidariedade e a unidade combativa de todas as cooperativas da zona são uma arma a opor aos propósitos do Governo burguês.

## HERDADE DOS MINUTOS — história de

A Herdade dos Minutos integrada na Cooperativa Força Popular do Concelho de Montemor-o-Novo foi desocupada violentamente no princípio deste mês pelas forças da GNR. São os factos concretos da desocupação, relatados pelos trabalhadores da herdade que reproduzimos.

#### A OCUPAÇÃO

As herdades que compõem a UCP Força Popular — Serra de Lebre, Azimbeira do Grilo e Minutos — prefazendo um total de cerca de 600 ha, foram ocupadas em Novembro de 1975, principalmente para garantia de postos de trabalho na zona e, no caso especial dos Minutos, porque a propriedade há cerca de 10 anos que estava abandonada.

Na altura da ocupação a herdade encontrava-se arrendada pelo proprietário a Francisco Rebocho, rendeiro também de outra propriedade — a Martim Mendes. Quando da ocupação ficou assente entre os ocupantes, os técnicos do CRA e o rendeiro que este doravante passaria a explorar so-

mente a Martim Mendes que era suficiente para a sua sobrevivência.

#### A DESOCUPAÇÃO

É este mesmo rendeiro que posteriormente iria reivindicar ao CRA a propriedade. Em fins de Dezembro o Centro acaba por convocar a Comissão da Cooperativa para entrega da herdade ao rendeiro. Perante a recusa dos trabalhadores, foi-lhes dado um prazo até 6 de Janeiro de 77 para procederem à concretização da entrega.

No dia 7 de Janeiro, e como no dia anterior se tinham recusado perante técnicos do CRA a desocupar a herdade, foram os trabalhadores que



andavam a desbravar mato surpreendidos pela chegada de forças da GNR transportadas em jeeps, armados de G3 e vindos de Montemor-o-Novo e

de Estremoz. Os trabalhadores foram encurralados num extremo da herdade e, enquanto eram mantidos sob ameaça da GNR, o comandante destas

# DRES EM LUTA

## nas pescas

# PESCADORES EM GREVE

Encontram-se neste momento paralizados mais de 30.000 pescadores. O conflito que já tinha estalado há dias e levava à paralização em 19 de Janeiro voltou-se a reacender e agora de forma generalizada.

A greve foi inicialmente decidida em plenário dos pescadores do arrasto costeiro de Lisboa, no dia 24. No entanto, e a partir dessa data, têm-se realizado plenários do Norte ao Sul e os pescadores têm sido unânimes no apoio à luta desencadeada a partir de Lisboa. Assim, e neste momento, aderiram já à greve a Pesca do alto e longinqua de Lisboa, a Pesca artesanal da Costa da Caparica, os pescadores do arrasto costeiro de Setúbal, pescadores do Algarve (de todas as pescas), pescadores da Figueira da Foz e trabalhadores do Tráfego Local. Espera-se que a paralização se alargue ainda a Matosinhos e Aveiro, aos artesanais de Setúbal e Peniche, aos bacalhoeiros, estando já praticamente assegurada a adesão da Marinha Mercante.

### OBJECTIVOS DA LUTA

Os pescadores centram neste momento a sua luta à volta de cinco objectivos principais:

- Continuação das escalas de embarque no âmbito dos sindicatos;
- Continuação da passagem pelos sindicatos das credenciais para embarques de tripulantes;
- Continuação da passagem de declarações para concessão de qualquer inscrição marítima nos sindicatos;
- Exigência de legislação que permita às entidades patronais enviar aos sindicatos o desconto de cotização sindical;
- Anulação imediata do despedimento de 10 pescadores do navio pesqueiro o «Goraz».



Os pescadores estão dispostos a manter a paralização até à satisfação total destes pontos.

Entretanto, representantes do Sindicato Livre dos Pescadores e da Federação dos Sindicatos do Mar tiveram já um encontro na Intersindical para informar sobre a luta os outros Sindicatos ligados à actividade da pesca e para decidirem quais as medidas

a tomar em conjunto.

Os sindicatos tentaram também encontros com o secretário de Estado da Marinha Mercante que recebeu informalmente os delegados, pois partia para o Luxemburgo, e com o Secretário de Estado das Pescas que preferiu adiar qualquer tomada de posição até ao regresso do seu colega do estrangeiro.

## nas empresas

### CCT TÊXTEIS

Encontram-se num impasse as negociações do CCT único e vertical para o sector têxtil e que abrange cerca de 300 000 trabalhadores. O patronato interrompeu as nego-

ciações devido a divergências com os representantes dos trabalhadores no que diz respeito à data de entrada em vigor do contrato (os sindicatos propõem 1 de Outubro e o patronato defende que o CCT só terá efeito 5 dias depois de publicado no Boletim do MT) e sobre a sua validade (os

trabalhadores propõem um ano). Os representantes do patronato recusaram continuar a discussão das outras cláusulas sem que estas duas questões fossem resolvidas.

Os trabalhadores dão ao patronato o prazo até 3 de Fevereiro para o reinício das negociações.

Em assembleia geral, realizada no passado domingo, foi decidida a discussão nas empresas até ao dia 6 de Fevereiro da proposta de paralização diária de 1 hora com mais 5 minutos de paralização em cada hora de laboração, para o caso de continuação do boicote do patronato às negociações. Os resultados do debate desta proposta a nível das empresas serão dados em nova assembleia geral a realizar depois de 6 de Fevereiro e onde será tomada uma posição a nível nacional.

### PETROGAL

Iniciou-se na passada 2.ª feira um conjunto de paralizações de 1 hora decretadas pelo plenário de trabalhadores da Petrogal. As paralizações tiveram lugar de Norte a Sul do País em todas as instalações da empresa: em Faro, no Porto (serviços e sector industrial) em Coimbra, em Aveiro, no Porto Brandão e Lisboa (serviços, refinaria, instalações da Matinha e dos Olivais).

Os trabalhadores decidiram também não fazer mais horas extraordinárias como forma de protesto.

As paralizações deram-se com

concentração junto dos locais de trabalho e destinavam-se a protestar contra a escalada repressiva e a recuperação capitalista levada a cabo pelo Conselho de Gerência.

O Conselho de Gerência da empresa não só procedeu à reintegração de notórios fascistas anteriormente saneados, como apresentou queixa na Polícia Judiciária contra antigos membros da CT, num total de 32 trabalhadores.

Em Lisboa os trabalhadores entregaram à gerência um proclamação aprovada nos diversos plenários, no sentido de ou acabar com a repressão ou de se demitir.

### PORTUCEL (CENTRO DE PRODUÇÃO FABRIL DE SETÚBAL, EX-SOCEL)

Foi anunciada por despacho do Ministério do Trabalho a reintegração de 16 elementos saneados pelos trabalhadores da ex-SOCEL, em 1974. Estes elementos ligados ao antigo regime e para além disso incompetentes no campo profissional fugiram nessa altura em grade número para o Brasil e para Espanha.

O referido despacho do MT foi impugnado pelo conselho de gerência a pedido dos trabalhadores e no cumprimento da decisão tomada em plenário no passado dia 6. Nesse plenário foi ainda decidido aguardar o desfecho da impugnação, o qual no caso de ser negativo levará os trabalhadores a adoptarem formas de luta que julguem convenientes para impedir as reintegrações.

## uma desocupação

forças elaborou uma acta que formalizava a desocupação, mas que os trabalhadores se recusaram a assinar, ficando proibidos de voltar à herdade.

No dia seguinte, um sábado, logo pela manhã, os trabalhadores reuniram-se com cerca de 100 camaradas de outras Cooperativas da zona com eles solidários, e de novo veio a GNR desta vez com mais efectivos, ameaçando os trabalhadores de os levar a Tribunal e identificando os responsáveis. A expulsão dos trabalhadores da herdade repetiu-se várias vezes até que 2.ª-feira à tarde a GNR actuou brutalmente agredindo uma trabalhadora que teve de receber tratamento no hospital.

### A POSIÇÃO DOS TRABALHADORES

Os 54 trabalhadores da herdade estão isolados, apenas com o apoio de alguns camaradas. As formas de

luta que encetaram têm sido de protesto junto do Ministério da Agricultura, no Comando da Região Militar, no Centro da Reforma Agrária e no Governo Civil; aqui foi-lhes garantido que lhes será distribuída outra herdade apropriável.

O sindicato tem permanecido fora do conflito, embora seja uma zona onde tem forte implantação. Um elemento da Comissão disse-nos «Isto são problemas que dizem respeito aos trabalhadores. Só a eles cabe resolver. O sindicato não tem nada a ver com isso».

No entanto o espírito que reina na Cooperativa é, por um lado, de desespero perante a desocupação e o evoluir da situação, mas, por outro, de não aceitação desta medida e de não conformismo, estando os trabalhadores dispostos a lutar pela recuperação da propriedade.

# O SECTOR COOPERATIVO

Transcrevemos neste «Revolução» o comunicado saído da 8.ª Reunião Nacional de Delegados de União Cooperativas, documento importante pela análise e tomada de posição sobre uma questão que neste momento envolve largas dezenas de milhares de trabalhadores que, como resposta à crise do capitalismo depois do 25 de Abril, organizaram a produção de forma cooperativa.

## A LEGISLAÇÃO GOVERNAMENTAL

1 — Em 29 de Dezembro do ano findo, emitiu o Ministério do Trabalho uma nota oficiosa sobre um conjunto de medidas legislativas em preparação tendentes a afixar as bases legais de estruturação e funcionamento das empresas que pretendem ficar afectas ao sector autogestionário.

Anuncia-se proporcionar às organizações representativas dos trabalhadores — Sindicatos e Comissões de Trabalhadores — a participação na elaboração dessa legislação, considerando-se a consulta encerrada decorridos quinze dias sobre a publicação da nota.



2 — Para essa breve consulta e no sentido, provavelmente, de tornar expedita a participação, curaram os serviços do Ministério do Trabalho de não proceder à divulgação pública dos projectos em causa. Contactados esses serviços, por sindicatos, comissões de trabalhadores, direcções de cooperativas, comunicam não dispôr dos textos para entrega.

Pode, por conseguinte, tirar-se desde já uma primeira conclusão: o Ministério do Trabalho consulta os trabalhadores, mas o objecto de consulta é clandestino. Sujeta-se, assim, a legitimar suposições.

3 — Está o Ministério do Trabalho a preparar projectos de lei ou de decreto-lei? Isto é, projectos sujeitos à discussão na Assembleia da República ou destinados a serem aprovados pelo Governo?

Convinha que o Ministério do Trabalho esclarecesse esta dúvida, publicando os documentos em causa.

4 — Admitindo-se como clara e precisa a redacção da nota oficiosa, deduz-se que no sentido da regulari-

zação patrimonial das empresas geridas por trabalhadores se admite uma única alternativa: a da mera transferência para o colectivo dos trabalhadores da posse útil com gestão, integrando-se o património no aludido Instituto Nacional das Sociedades em Autogestão. O Decreto-Lei 821/76, aliás, relido à luz da nota oficiosa, aponta na mesma direcção.

Ora, sobre a exclusividade desta alternativa, não é necessário sequer consultar os trabalhadores: eles exprimam já claramente uma outra opção, formando centenas e centenas de cooperativas de produção que laboram sobre os restos activos de empresas falidas, abandonadas, sabotadas e

propondo que a regularização patrimonial seja feita em favor dessas cooperativas.

Se se pretende ter em conta a vontade dos trabalhadores, não é preciso proceder a grandes consultas: essa vontade está expressa e basta respeitá-la.

## ALTERNATIVA COOPERATIVISTA — ALTERNATIVA AUTOGESTIONÁRIA

5 — Que, a par da alternativa cooperativa, seja igualmente proposta a autogestionária, nenhuma objecção formal se nos levanta. Ambas as possibilidades estão previstas na Constituição mas está também prevista a liberdade de opção. Nenhuma objecção formal, por conseguinte, desde que a liberdade de opção seja respeitada.

6 — Escolher entre a alternativa cooperativa e a alternativa autogestionária, não depende de opções abstractas. Em princípio, é mais correcto e mais eficaz a perspectiva de um con-

junto de empresas de trabalhadores formando um bloco que se vá tornando coeso e interligado, que um conjunto de empresas de trabalhadores, é certo, mas desligadas umas das outras, concorrendo umas com as outras, respeitando para fora das regras da economia de mercado.

Tanto assim, que um grande número de empresas, cooperativas ou não, mas onde os trabalhadores têm influência e, até pequenas empresas privadas, começaram a concretizar essa linha. E, neste momento, umas centenas de empresas estão já ligadas através de organismos de coordenação sectoriais e regionais que, por sua vez, entre si se interligam e conjugam a sua acção.

O problema não está, portanto, em confrontar as duas alternativas, de um modo abstracto. O problema está em que podendo — e devendo — as duas alternativas visar o mesmo objectivo, a mesma perspectiva, que é a de um sector de propriedade social, uma, a alternativa cooperativa, assenta na própria iniciativa e dinâmica dos trabalhadores. São os próprios trabalhadores que, vencendo as suas hesitações, os seus erros, a sua inexperience, vencendo os restos da óptica privada que herdaram conjuntamente com a posse útil e efectiva dos meios de produção, são os próprios trabalhadores que vão, eles próprios, construindo o sistema. Enquanto que outra, a alternativa autogestionária, parte de uma iniciativa de cúpula. E, a partir daí, é uma questão de confiança. Que cúpula? Que poder? Quais os interesses que representa? Qual a sua natureza de classe?

A opção não é um abstracto. É em função desses dados concretos.

7 — Não estamos interessados em tomar sobre esta questão uma posição rígida: não contestamos a ninguém o direito de propor a alternativa autogestionária. Com uma condição: é que respeite, da mesma maneira, a nossa opção cooperativa. Que seja respeitada a nossa opção. E garantimos que combateremos oposições sistemáticas e irracionais à opção autogestionária.

## O INSTITUTO NACIONAL DAS SOCIEDADES EM AUTOGESTÃO

8 — Como é o Instituto Nacional das Sociedades em Autogestão?



Venha cá para fora o projecto. Para termos a certeza de que o Instituto será dirigido pelos trabalhadores das empresas autogeridas.

Para termos a certeza de que o Governo não se prepara, por exemplo, para nomear uma direcção provisória para o primeiro exercício, a qual constituirá, conforme muito bem entender, os quadros dos serviços, fora de qualquer controlo e decisão dos trabalhadores.

Para termos a certeza, por exemplo, de que o Governo não se prepara para legislar no sentido do carácter obrigatoriamente gratuito das funções directivas do Instituto, de modo a assegurar-se que os directores, por muito eleitos que sejam, fiquem obrigados, para ganhar os feijões, a trabalhar na base, fazendo-se assim das direcções meros apêndices formais e passando a direcção efectiva, a cúpula, para os funcionários que a primeira direcção provisória tiver havido por bem nomear.

9 — São estas suposições descabidas?

Tem o Ministério do Trabalho um excelente meio de o demonstrar: publicar os projectos a que se limita a aludir.

Tem o Governo um excelente meio de provar o contrário: em lugar de fazer um trabalho de caixinha e gabinete, abrir as portas aos trabalhadores e pôr recursos à disposição.

10 — Para os trabalhadores, uma única linha de actuação existe: a de se não deixarem envolver demasiadamente na discussão daquilo que seria muito bom, que seria excelente, do ponto de vista dos trabalhadores, que a burguesia fizesse. Os trabalhadores têm a obrigação de saber que a burguesia não o fará.

Para os trabalhadores, uma única linha de actuação existe: aquela que assenta no facto científico de que são eles, os que produzem tudo, o motor da história. E que, portanto, o seu papel não consiste em limitar-se a pressionar a burguesia mas, muito mais do que isso e antes de tudo, em determinarem a sua própria e autónoma linha de actuação.



## e a actualidade nacional

## A POLÍTICA DO MEIC

As notas que a seguir damos não pretendem fazer uma análise exaustiva da política do M.E.I.C. O seu objectivo é servir de pontos de reflexão sobre um Ministério cuja actuação e projectos são garantia suficiente de subsistência nas próximas remodelações governamentais

### A POLÍTICA DO M.E.I.C. — DOS DECRETOS AOS ENCERRAMENTOS

O encerramento do ISCS no passado dia 29 de Dezembro e as razões invocadas constituiriam por si sós matéria suficiente para reflexão sobre a tão falada «democratização» do ensino.

As semelhanças entre as razões invocadas para o encerramento (a «indisciplina» e a «anarquia») e a forma como este decorreu (num período de férias, feito pela P.S.P. e sem qualquer prévia justificação) e as razões que levavam à actuação das forças repressivas antes de 25 de Abril não são certamente puras coincidências... Os substitutos «indisciplina e anarquia» aplicados à politização constituíram um vocabulário demasiado conhecido antes do 25 de Abril e que o Sr. Ministro Cardia parece agora querer recuperar.

Será que o M.E.I.C. se sente tão inseguro que receia a consciencialização dos estudantes deste Instituto (e não só...) que a apelida de «inadmissível»?

Mas esta foi apenas uma das medidas reaccionárias do ministério chefiada por Sottomayor Cardia. Outras

se sucedem continuamente desde o dia em que tomou posse este primeiro Governo Constitucional e com ele o detentor da pasta da Educação. Os decretos lei que regulam a gestão nos estabelecimentos de ensino e o encerramento recente da Faculdade de Economia do Porto são apenas mais dois exemplos. A tentativa de controlo total das Escolas pelo Poder constituído é o objectivo principal do M.E.I.C. Um recente decreto lei sobre os Conselhos Directivos é o exemplo mais acabado da importância de que tal controlo se reveste para o Poder.

Este decreto lei que determina que nos estabelecimentos onde não houver «docentes suficientemente profissionalizados ou onde se revele impositivo a constituição de listas ou ainda onde nenhuma lista tenha a maioria dos votos exigidos» o Conselho Directivo seja nomeado pelo M.E.I.C., é uma clara ingerência nos assuntos internos de cada escola. Que critérios teria usado o sr. Cardia, quando, depois de ter mandado encerrar a Faculdade de Economia do Porto decide reabri-la, mas não sem que antes tenha nomeado uma «comissão de reestruturação» porque os professores que já trabalham são «incompetentes» para a reestruturar?

Esta actuação do M.E.I.C. que se iniciou logo no começo do ano lectivo, com o método de colocação de professores e com o posterior corte de vencimentos aos não colocados parece pois em perspectivas de continuar.

A próxima decisão parece ser a de ir lentamente acabando com o Telescola sem que se crie nenhuma alternativa a este método de ensino. E não são poucas as zonas onde o ciclo TV é a única possibilidade de se conseguir fazer o Ciclo Preparatório...

### A SITUAÇÃO NAS ESCOLAS — OS PROFESSORES

Contrariamente ao que o sr. ministro deveria ter esperado, as suas medidas produziram resistência e descontentamento entre os professores.

A manifestação efectuada em Lisboa para protestar contra o critério de colocação foi a primeira demonstração deste descontentamento.

Depois seguiu-se a realização de um Encontro Nacional de Professores onde estes se insurgiram contra o corte de vencimentos dos seus camaradas não colocados e onde decidiram levar esta decisão do M.E.I.C. a discussão na Assembleia da República. No entanto, o intenso trabalho dos srs. deputados só permite a sua discussão para daqui a três meses...

As respostas pontuais que o sindicato tem tentado dar às medidas do

M.E.I.C. são prova evidente que, mesmo num sector caracteristicamente do domínio do P.S., em que até a própria direcção do sindicato é afectada a este partido, o terreno não é tão fácil para as decisões do M.E.I.C. como porventura este teria pensado.

### OS ESTUDANTES

As intensas lutas partidárias entre grupos que procuravam hegemonizar politicamente as escolas sucedeu-se um período de «acalmia» só de quando em quando rompido pelos membros da J. Centrista e seus colaboradores.

Com efeito nas escolas tudo parece calmo (e onde não parece o M.E.I.C. disso se encarrega); o conformismo veio ocupar o lugar das intensas actividades políticas que se seguiram ao 25 de Abril. A maneira como as decisões do M.E.I.C. são aceites, algumas vezes com contestação que no entanto dura pouco tempo, é a prova desse conformismo.

A inexistência de qualquer reacção às provocações dos grupos de direita sobretudo no Ensino secundário faz com que as escolas sejam o lugar preferido para a actuação destes grupos Neo-Nazis.

Será que os estudantes irão permitir que a repressão se abata sobre as Escolas até uma completa recuperação ideológica?

# AGRESSÃO A UM CAMARADA SIMPATIZANTE DO PRP

Realizou-se na passada sexta-feira, dia 21, na Incrível Almadaense uma sessão de esclarecimento sobre o Congresso de Todos os Sindicatos, com a presença de representantes de vários sindicatos da zona de Setúbal e com Carlos de Carvalhas e José Judas por parte da Intersindical.

Depois das intervenções iniciais abriu-se um período de debate com a participação da assistência. Foi nesse período que o camarada Saramago, operário da Lisnave e reconhecido antifascista da zona de Almada, foi consecutivamente interrompido na sua intervenção em que depois de denunciar as manobras de divisão dos trabalhadores pela «Carta Aberta» ao serviço do lperalismo criticou também alguns dos erros do Secretariado da Intersindical. As contínuas provocações, ameaças e apupos por parte da assistência impediram-no de continuar a falar.

De nada serviu o esclarecimento do representante da Intersindical José Judas em que considerava que as questões levantadas pelo camarada Saramago eram correctas e ajudavam à compreensão da actual fase do movimento sindical nem o pedido da mesa para que o camarada prosseguisse a sua intervenção. Um grupo de provocadores infiltrados na Assembleia rodeou o camarada Saramago agredindo-o a pontapé, à cabeçada e ao muro aos gritos de «matem que é fascis-

ta». Protegido momentaneamente pelo dirigente sindical Tavares, dos metalúrgicos, que o conduziu para um corredor, Saramago seria vítima de novas agressões por parte de indivíduos conhecidos como militantes do PCP e alguns dos quais com emblemas do Povo Unido que o levaram a ter que receber tratamento no Hospital de Almada.

Sobre esta agressão a organização local da Cova da Piedade do PRP emitiu um comunicado no qual damos os passos mais importantes:

«A falta de democracia que tem caracterizado o movimento sindical e que tem favorecido os objectivos do capital e das manobras divisionistas por eles apoiadas, como a da Carta Aberta, uma vez mais se manifestou, de modo violento, ditatorial, fascista (...).

Os graves acontecimentos ocorridos no dia 21 na sala da Incrível Almadaense que culminaram na selvática agressão a um operário reconhecidamente antifascista fazem lembrar os processos normalmente utilizados pelas burguesias capitalistas quando infiltram no movimento sindical os seus «homens de choque» pagos para cometerem acções idênticas às que foram relatadas. A história do movimento sindical mundial está recheada de episódios semelhantes. Poderíamos, como seria natural, utilizar para responder a esta vil provocação o mesmo

tipo de argumentos mas para nós PRP as questões que se colocam são de fundo político (...).

Para nós PRP é absolutamente necessário que os trabalhadores encontrem uma verdadeira unidade, unidade essa que terá forçosamente que passar por fora daquilo que se trama que é a divisão sindical em duas partes distintas as quais teriam como executores fiéis da divisão o PCP-Inter e o PS-Carta Aberta (...).

A alternativa que se coloca à classe operária e ao povo em geral é

efectivamente a procura de uma unidade e organização da classe em torno das suas organizações autónomas que lhes possibilitará o caminho para a Revolução Socialista caminho que terá que abater pelo caminho vários escolhos (sectarismo, controleirismo, carreirismo, etc.) e liquidar do selo do movimento operário as «cegueiras» de indivíduos como o Manuel Gil, Farinha e outros tantos que por aí pupulam quer seja nas pseudo-esquerdas quer seja nos partidos fascistas CDS, PPD, PAP, etc.

## DEBATES

O P.R.P. levará a cabo no decorrer dos próximos dias um conjunto de debates sobre a situação política actual e a tática do Partido, no seguimento do que tem vindo a ser feito por todo o país.

DIA 28 — ALJUSTREL no Cine-Oriental às 21 horas

DIA 29 — ESPINHO no Salão da Piscina às 21.30 horas

DIA 1 — CAMPOLIDE no Clube Atlético de Campolide às 21 horas

DIA 4 — BAIXA DA BANHEIRA às 21.30 horas

# FRELIMO

## III Congresso

Uma Revolução seja de que tipo for (burguesa, nacionalista, proletária, etc.) não consiste na simples tomada do Poder. Se assim é, o nome adequado é golpe de Estado.

Uma Revolução é algo deveras moroso e complexo que começa na luta pela conquista do Poder, passa por essa conquista e prosseguirá por tempo indefinido (mas nunca ilimitado). Resolução está a acontecer em Moçambique e torna-se importante dar a conhecer as militantes revolucionários portugueses algo dessa Revolução. Por exemplo, com as altas esferas do poder em Moçambique encaram, elas mesmas, o futuro III Congresso da FRELIMO: É realmente curioso, sobretudo se se comparar com o que têm sido os congressos «à Portuguesa».

Na comparação ressalva-se entretanto o facto de a FRELIMO ter conquistado o Poder (o que implica alterações de ordem estratégica e tática) e ainda o que constitui matéria polémica — o facto de se estar em presença de um país onde o fraco desenvolvimento económico não coloca na ordem do dia a edificação da sociedade Socialista. Esta só poderá surgir da clarificação social, consequência do desenvolvimento económico, isto é, da proletarianização da sociedade. Aqui fica, pois, o documento amplamente divulgado em Moçambique:

«Militantes da Frelimo, operários, camponeses, combatentes das F.P.L.M., funcionários, estudantes, professores e intelectuais, patriotas moçambicanos:

De 3 a 7 de Fevereiro de 1977, em Maputo, capital da República Popular de Moçambique, realizou-se o III Congresso da Frelimo. Nele participaram delegados eleitos pelos trabalhadores moçambicanos militantes da Frelimo.

O III Congresso é um momento exaltante e histórico para a vida do nosso povo, para o futuro do nosso país.

No III Congresso vamos sintetizar as ricas experiências que o nosso povo acumulou:

— Na resistência histórica contra o colonialismo;

— Na guerra popular de libertação nacional;

— Na luta clandestina contra o colonialismo;

— Na luta entre duas linhas políticas, no combate para aniquilar os novos exploradores;

— Na edificação das zonas libertadas, embrião da democracia popular, do poder operário-camponês.

Igualmente estudaremos as experiências que acumulámos no período da transição e no primeiro ano da nossa independência:

— Na luta para atirar a nossa independência total e completa;

— No combate contra a sabotagem do nosso poder, e da nossa economia;

— Na luta para destruir o Estado colonial-capitalista e para estabelecer o Estado da aliança operário-camponesa, o Estado da democracia popular;

— No combate árduo para reorganizar e desenvolver a produção, organizar a nova educação, a nova saúde, a nova justiça;

— Na luta para valiozarmos, consolidarmos e ampliarmos as conquistas populares revolucionárias;

— As aldeias comunais;

— As nacionalizações.

Daremos uma grande importância no nosso Congresso ao internacionalismo, uma dimensão fundamental da nossa luta, da nossa personalidade, da nossa Revolução.

Estudaremos como reforçar a luta comum contra o imperialismo e pela nova sociedade, como ampliar o combate da Humanidade pela liberdade, pela justiça, pela paz e pelo progresso. Procuraremos consolidar a frente mundial anti-imperialista desenvolvendo as nossas relações fraternais de ajuda mútua e cooperação com os nossos aliados naturais, os partidos da classe operária e camponesa, o movimento progressista na África e no resto do



Mundo, o movimento de libertação nacional, a totalidade das forças que combatem por uma nova Humanidade.

### OBJECTIVO

Para além destes aspectos fundamentais do Congresso, o seu objectivo central é definir a nossa perspectiva de futuro.

Quer dizer:

— O Congresso pronunciar-se-á sobre as nossas tarefas, a nossa estratégia e tática para edificarmos a democracia popular;

— O Congresso determinará as nossas prioridades, a nossa estratégia e tática para o desenvolvimento económico e social do nosso país.

Para isso o Congresso estudará e fixará as tarefas da Frelimo e do Estado, as tarefas de cada um de nós, na edificação da democracia popular.

O Congresso terá que rever o programa e estatutos da Frelimo. Eles correspondiam à fase da guerra popular de libertação, agora vivemos uma nova fase, com as suas exigências e objectivos específicos.

Finalmente, para nos orientar nas tarefas gigantescas que nos serão fixadas, o Congresso elegerá a Direcção da Frelimo.

Os resultados do III Congresso afectarão a nossa vida, transformarão a vida do nosso país. O futuro dos nossos filhos e netos depende dos resultados do Congresso. Isto significa que todos nós devemos participar na preparação do Congresso.

### TAREFAS GERAIS

As preparações do Congresso entram na fase decisiva.



No nosso II Congresso tínhamos dito que a luta seria longa e dura mas venceríamos. A previsão da Frelimo foi correcta. Vencemos e expulsámos os colonialistas do nosso país. O nosso país alcançou a sua liberdade e independência política.

A 8.ª sessão do Comité Central lançou a palavra de ordem de **ofensiva política e organização generalizada na frente da produção**. Em cumprimento dessa palavra de ordem, e como contribuição para o sucesso do nosso II Congresso, todo o nosso povo do Rovuma ao Maputo deve lançar-se com entusiasmo numa campanha para a realização correcta das tarefas nas empresas, nas cooperativas, nas aldeias comunais, nas escolas, nos serviços de saúde, nas Forças Armadas, em todos os campos.

Sob a orientação e no quadro das estruturas da Frelimo, da província, do distrito, da localidade, do círculo, nos locais de trabalho e residência, concretamente:

— Devemos todos nós estudar e discutir os documentos que serão submetidos ao Congresso. Devemos enriquecê-los com as nossas contribuições;

— Devemos todos nós, porque a organização do Congresso implica grandes despesas, oferecer um dia de trabalho para apoiar financeiramente a realização do Congresso;

— Devemos todos nós, nas nossas casas, locais de trabalho, povoações, bairros, cidades, fazer campanhas de limpeza e embelezamento, decoração, para das esplendor e dignidade ao nosso Congresso, apoiar o nosso Congresso;

— Devemos culturalmente, com canções, canças, pinturas, esculturas, poemas, murais, etc... difundir, discutir, enriquecer e apoiar as teses do nosso Congresso.



# FRELIMO

## TAREFAS ESPECIAIS

Para além destas tarefas gerais, temos também tarefas específicas.

Nas fábricas e empresas agrícolas, orientadas pelos grupos dinamizadores, operários, trabalhadores, técnicos, administração, gerência, deverão em conjunto estudar os meios para:

— Reforçar a disciplina e purificar as fileiras dos preguiçosos e sabotadores do nosso trabalho e disciplina;

— Aumentar a produtividade e a produção;

— Fixar-se objectivos de produção a serem atingidos antes do começo do Congresso. Deverão como ponto de honra procurar ultrapassar as quotas atingidas antes da vitória do povo moçambicano contra o colonialismo.

Convidamos todos os operários das empresas industriais, na construção, nos transportes e portos, os camponeses nas cooperativas e nas aldeias comunais todos os trabalhadores em todos os sectores da nossa vida, a trabalhar exemplarmente para o aumento da produção, para o melhoramento da organização do trabalho e para o aumento da produtividade do trabalho.

A honra do trabalhador moçambicano consiste em trabalhar dinamicamente, diligentemente, pontualmente e correctamente. Só o trabalho bem realizado é útil para o povo!

Operários e camponeses, nas nossas mãos está entregue o futuro do nosso país. Assim como produzimos, assim colheremos. Da nossa produção depende a vida e o bem-estar do nosso povo.

Por isso, trabalhemos diligentemente, aproveitamos toda a capacidade das empresas!

Camponeses e trabalhadores agrícolas, cultivemos todos os campos com produtos de que o nosso povo necessita para viver, e que as empresas necessitam para trabalhar.

Aumentemos a quantidade de animais para a alimentação.

Operários das empresas industriais e das minas: trabalhemos com diligência e disciplina, produzamos tudo o que é necessário para satisfazer as necessidades crescentes do nosso povo em viveres, roupa e artigos de consumo. Aproveitemos inteiramente a nossa capacidade de produção industrial.

Nas repartições, serviços públicos, empresas comerciais, em todos os serviços em contacto com o público, os trabalhadores e direcções em apoio ao Congresso deverão estudar os meios para:

— Reforçar a disciplina, purificar as nossas fileiras dos preguiçosos e sabotadores do nosso trabalho e disciplina;

— Aumentar a eficácia e rapidez dos serviços;

— Fixar metas a atingir nos seus trabalhos antes do início do III Congresso, metas que ultrapassem em eficácia e rendimento, as atingidas antes

da vitória do povo moçambicano contra o colonialismo;

— Desenvolver a cortesia, delicadeza, afabilidade e respeito para com o público, lutar e liquidar a falta de respeito e de cortesia para com o povo.

De importância particular são os sectores da educação e da saúde, e todos os outros sectores em que as conquistas do povo moçambicano se materializaram já sob a forma de nacionalizações ou estabelecimento de comissões administrativas.

Estes sectores deverão distinguir-se pela maneira como o conjunto dos trabalhadores do serviço ou empresa, valorizam os conquistas do nosso povo; esta valorização materializa-se, pela eficácia superior do trabalho.

Camaradas na frente da educação e dos serviços de saúde, continuemos com determinação a nossa obra para vencermos rapidamente todos os vestígios e sequelas do colonialismo e do imperialismo, para libertar o povo da ignorância e doença, para materializar a vitória do povo nas frentes da ciência, cultura educação e saúde.

Combatentes das F.P.L.M. e da Política, sirvamos o nosso povo, reforçando a capacidade de defesa da nossa pátria.

Realizemos disciplinadamente todas as tarefas, cumpramos as ordens com consciência. Cada soldado, cada polícia deve ser um amigo de cada moçambicano honesto e trabalhador.

Militantes da Frelimo em todas as frentes, afirmemos a nossa determinação de consolidar e ampliar as vitórias do povo, desenvolvendo a nossa unidade, reforçando a nossa vigilância e aumentando a produção.

Sob o princípio **Só o trabalho bem realizado é útil para o povo e O trabalho exemplar é reconhecido e apreciado pela Frelimo e pelo Governo da República Popular de Moçambique**, a Frelimo agradecerá, por motivo do III Congresso da Frelimo, com bandeiras e prémios, as empresas, cooperativas e aldeias comunais, escolas, hospitais e quartéis que atingirem os maiores sucessos na campanha. Filarmas e prémios serão oferecidos também por todos os comités provinciais aos que mais se tiverem distinguido.

Povo de Moçambique! Trabalhadores de todo o país!

Preparemos colectivamente o II Congresso da Frelimo!

Aproveitemos em todos os sectores as experiências das zonas libertadas com o inspiração de trabalho!

Assim como vencemos o colonialismo português, venceremos também a batalha na frente da produção!

**Viva o III Congresso!  
Viva a ofensiva organizacional e de produção em todas as frentes!**

**A luta continua!  
Independência ou morte  
Venceremos!**

**Maputo, 6 de Outubro de 1976  
Comité Político Militar**

# Comício de Protesto Contra a Ditadura Brasileira

Realizou-se no dia 21 de Janeiro, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, um comício de protesto contra a política repressiva da ditadura militar no Poder no Brasil e suas constantes violações dos direitos humanos.

Organizado na sequência de uma iniciativa do Comité pró-Amnistia Geral do Brasil (CPAB) e tendo o apoio da AEPBA, da UMAP e CNUP, o comício teve como causa próxima o assassinato de três membros do Partido Comunista do Brasil e a prisão de mais 12.

Numa das numerosas intervenções, depois de lembrado o assassinato do padre Burnier numa cadeia que foi posteriormente arrasada pela cólera popular, e o sequestro do Bispo D. Hipólito, foram lidas passagens do documento do Conselho Nacional dos Bispos Brasileiros que atesta bem o grau de identificação da maioria do Clero brasileiro com a causa do povo explorado e oprimido.

Falaram também Sofia de Melo Breyner, Acácio Barreiros, Nuno Teótono Pereira e um camarada brasileiro, intervenção da qual destacamos os passos mais importantes, que embora aparecendo de uma forma dispersa provam por si só os diversos campos em que a repressão da ditadura se faz fundamentalmente sentir. Este

brasileiros e na restrição do seu consumo abaixo do nível da subsistência.

## A REPRESSÃO DAS LEIS SECRETAS AO AFASTAMENTO DE DEPUTADOS; DA CENSURA À TORTURA

No campo jurídico ressurgiu no Brasil uma invenção da Alemanha Nazi de Hitler que é a chamada lei secreta. Estas leis proporcionaram aos aparelhos repressivos a possibilidade de prenderem legalmente uma pessoa, da qual o advogado, a cuja assistência ela tem legalmente direito, não pode saber do que é acusada, não podendo naturalmente defendê-la.

A propaganda do governo procura manter uma fachada de «independência dos poderes» mas que contra-



Elementos da Comissão de Solidariedade com os presos políticos brasileiros.

camarada socorreu-se de alguns resultados de estudos efectuados pela CEPAL — Organismo das Nações Unidas.

## CONDIÇÕES DE VIDA

Segundo esse estudo no Brasil: — 2 por cento da população vive muito bem, 18 da população vive bem; 80 da população vive em condições infra-humanas, isto é, sem se poderem calçar, vestir, alimentar e habitar de acordo com o que é considerado indispensável a um ser humano.

Por outro lado a CEPAL concluiu que actualmente um operário não especializado custa menos ao patrão que um escravo custava ao seu senhor no tempo da escravatura.

O mito do Milagre Económico Brasileiro que se desfaz em fumo apesar da propaganda massissa do governo, procurava basear-se no grande aumento da produção dos proletários

diz com o maior à-vontade, quando afasta das actividades políticas os deputados que ousam criticar o governo ou algum aspecto da ditadura.

Como forma de resistência à censura, muito forte no Brasil, os jornais começaram por deixar em branco todos os textos censurados, o que dava ao leitor uma noção da informação a que lhes era negado o direito. Mas isto também foi proibido, pelo que os espaços em branco passaram a ser preenchidos primeiro por poemas de Luís de Camões e depois por receitas de culinária. Os torturadores brasileiros frequentaram cursos de especialização em tortura, no Panamá, organizados por especialistas americanos.

Depois da graduação aqueles especialistas aperfeiçoaram de tal maneira as suas técnicas no Brasil que actualmente são os próprios americanos que se deslocam ao Brasil para «estagiarem».



# Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, Lisboa

## AMÍLCAR CABRAL QUARTO ANIVERSÁRIO DA SUA MORTE

### BIOGRAFIA

Nasceu a 12 de Setembro de 1924 em Bafatá. O pai era natural de Cabo Verde onde Amílcar concluiu os estudos liceais. Em 1945 veio estudar agronomia para Lisboa. Em 1952 terminou o curso e no ano seguinte é enviado a seu pedido para a Guiné onde trabalha como engenheiro agrónomo. Por esta altura participa na organização do Movimento de Independência Nacional da Guiné, núcleo do que virá a ser o P.A.I.G.C.

Entretanto, em 1955, Amílcar Cabral é expulso da Guiné e proibido de lá voltar embora pudesse lá permanecer um mês anualmente para visitar a família.

Um ano depois, quando volta à Guiné, desenvolve intensos contactos que culminam a 19 de Setembro com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Nesse mesmo ano vai trabalhar para Angola onde toma parte activa na criação do M.P.L.A.

Enquanto nas suas frequentes vindas a Portugal funda a primeira organização ilegal formada em Portugal por africanos, o Movimento Anticolonialista (Mac), isto em 1957.

Dois anos mais tarde com a sangrenta repressão sobre os estivadores de Piguiti, esgotam-se as possibilidades de luta legal que até aí haviam sido levadas a cabo. O P.A.I.G.C. passa à luta armada e Amílcar Cabral não mais deixará de se empenhar profundamente na luta de libertação do seu povo, quer através da exposição, a nível internacional, da luta desenvolvida (em conferências, na O.N.U., etc.) quer na participação directa em acções do Partido.

O fascismo português desagregava-se lentamente não só como fruto da luta travada pelos povos africanos, como também da organização e avanço das forças revolucionárias em Portugal. Para Salazar e Marcelo todos os meios justificavam o fim desejado — a destruição de todas as forças que se lhe opunham. É assim que, depois do assassinio de Eduardo Mondlane, dirigente da Frelimo em 1969, Amílcar Cabral foi barbaramente assassinado a 20 de Janeiro de 1973 por agentes ao serviço da P.I.D.E. Mas enganavam-se todos os reaccionários e colonialistas se pensavam desta forma destruir a força dos povos africanos no caminho da sua libertação. E a realidade, de então para cá, se encarrega de o provar.



### O PAPEL DA VIOLÊNCIA

Transcrevemos seguidamente um pequeno texto de Amílcar Cabral, um passo do seu discurso na 1.ª Conferência de Solidariedade dos Povos de África Ásia e América Latina, proferido em Janeiro de 1966 em Cuba e onde é defendida a luta armada como forma de luta para a libertação dos povos do imperialismo.

«A via única e eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos, isto é, para a obtenção da liberdade nacional, é a luta armada»

Os factos dispensam-nos de provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitamos o princípio segundo o qual à luta de libertação é uma revolução e que esta não acaba no momento em que se içe a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há, nem pode haver, libertação nacional sem utilização da violência libertadora por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminosa dos agentes do imperialismo. Ninguém dúvida de que, quaisquer que sejam as características locais, a dominação imperialista implica um estado de violência permanente contra as forças nacionalistas. Não há povo sobre a terra que tendo estado submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neocolonialista), tenha conquistado a sua independência (nominal ou efectiva) sem vítimas. O que importa é determinar quais são as formas de violência que devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para responder, não só à violência do im-

perialismo, mas também para garantir pela luta a vitória final da sua causa: a verdadeira independência nacional.

As experiências vividas por certos povos, a situação actual da luta de libertação no mundo assim como a situação de violência permanente, ou pelo menos de contradições e de sobressaltos, na qual se encontram certos países que conquistaram a sua independência pela via dita pacífica, demonstram não apenas que os compromissos com o imperialismo são inoperante, mais ainda que a via normal de libertação nacional, imposta aos povos pelas repressões imperialista, é a luta armada.

Cremos não escandalizar esta assembleia ao afirmar que a via única eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos, isto é, para a obtenção da liberdade nacional, é a luta armada. É essa a grande lição que a história contemporânea da luta de libertação ensina a todos os que estão verdadeiramente empenhados no esforço de libertação dos seus povos.

## EDITORIAL

Este país, Portugal, acaba de ser visitado por duas aves de rapina — o avião americano que trazia no bojo os aviões de caça e o comandante-supremo da NATO, Haig.

As aves negras da rapina imperialista poissam sobre esta terra. Não se pode dizer que o fazem para disfrutar da exploração económica imediata do país. Mas a estratégia imperialista é mais ampla do que um país, a estratégia imperialista é mundial.

Neste momento Portugal interessa-lhes antes de tudo na perspectiva de evitar a Revolução. Na verdade, o perigo de uma revolução, no ponto de vista do imperialismo, difere conforme a situação geopolítica do País. E este país, em situação revolucionária pode ser, como se disse, a faixa da Europa.

Depois, Portugal interessa ao imperialismo não já na defensiva de uma situação revolucionária, mas numa perspectiva ofensiva, como ponto militar estrategicamente importante. Daí que mereça atenções especiais da NATO, como disse o comandante-supremo.

Para levar a cabo este objectivo do domínio de Portugal, o imperialismo apoiará as forças que cá dentro o forem servindo. Apoiará agora o Governo PS de forma a levar até ao fim o seu desgaste, de forma a gastar a hipótese «socialista»; nesse projecto inclui-se o desgaste da palavra «socialismo» que para muita gente significa realmente socialismo e não uma sua deturpação. Entretanto as forças mais à direita atacam diariamente o Governo PS, o qual lhes oferece pano para mangas em matéria de incompetências, corrupção, desorganização. Incompetências, corrupção e desorganização próprias da situação que se vive e de um partido (o socialista) feito a martelo no post-25 de Abril. De um partido que não é um partido, mas sim um estado de espírito, um estado de classe — a pequeno-burguesa.

Gastando a hipótese «socialista» o imperialismo prepara-se para novos tipos de governo. Nesse aspecto Sá Carneiro e o seu PSD preparam o plano ibérico de uma reconstrução capitalista à europeia. Só que a reconstrução aqui é de uma de roer ... E por isso são cada vez mais visíveis as hipóteses de um regime militar que fuja à «constitucionalidade» e à «democracia». Pires Veloso, Soares Carneiro e muitos outros estão no galarim dos postos de comando a nível militar. Detêm a força. Esses homens oporão todas as suas forças militares a todas as parcelas de poder dos trabalhadores. E com a situação económica portuguesa e com a necessidade de repressão dos trabalhadores o imperialismo irá até ao apoio a um poder fascista.

E já hoje lá têm os seus laçaios tal como essa fantochada do PCP (m-l) a dizer na conclusão do seu congresso: «Quando é concluído um contrato entre o trabalho e o capital, os operários devem observar a disciplina». «Depois de ouvir uma organização que evoca o nome de «comunistas» dizer esta monstruosidade tem que se concluir que o nome está gasto ... que é preciso inventar outro. Quando não «é concluído um contrato entre o trabalho e o capital, os operários... morrem de fome. É o que entretanto acontece a meio milhão de trabalhadores portugueses que por mais que procurem não há meio de conseguirem fazer esse tal «contrato» — estão no desemprego.

Mas não só contra a classe operária se volta este regime. O aumento do custo de vida afecta largamente a pequena burguesia que passou a mal poder deslocar-se de automóvel com uma gasolina com um preço que torna um luxo qualquer «voltinha». Mas isso acontecerá para os transportes públicos serem mais baratos? Não. Acontecerá para a comida ser mais barata? Não ... Este não é o encarecimento de um produto para compensar um plano económico. Isto é como outras medidas, uma medida de desespero, um socorro, um buraco para tapar.

Perde assim o PS a sua base de apoio. E é este o seu maior problema e não os «obreiristas» ou trostkistas infiltrados.

E que resposta dá a esquerda a esta situação? Não a dá com o congresso dos sindicatos, organizado segundo um stalinismo que responde à pancada às divergências (veja-se o caso ocorrido na Incrível Almadense com um operário da Lisnave). Não a dá também com o MUP, moribundo e cada vez mais restrito.

A resposta tem que ser dada com uma organização ampla, unitária, antifascista, mas também anticapitalista, para a qual a expressão «socialismo de base» não seja uma expressão vazia, mas que se carregue de sentido desde já.